



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 16 DE AGOSTO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Estão presentes os Srs. Vereadores: Reis e Toninho Vespoli. Declaro aberta a primeira audiência pública do PL 415/12, do Executivo. Informo que esta audiência pública foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*; no Portal da Câmara; jornal *Diário de S. Paulo*, de 14 de agosto; *Folha de S. Paulo*, 15 de agosto. Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

O tema de hoje é a apresentação do substitutivo ao PL 415/12.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli, relator do substitutivo.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos. Agradeço ao Vereador Reis e sua assessoria que foram verdadeiros parceiros na discussão sobre o substitutivo ao PL, agradeço também aos técnicos da Casa que têm contribuído muito para que a gente faça o melhor projeto possível para a cidade de São Paulo.

A Secretaria Municipal de Educação, em 2008, convocou uma audiência pública para a discussão do Plano Municipal de Educação, nesse sentido nasceu uma comissão executiva do Plano. Essa comissão animou mais de duas mil atividades em escolas e conseguiu colocar a comunidade escolar para fazer o debate sobre a questão do Plano Municipal de Educação.

Em 2010, houve a Conferência Municipal, onde surgiu uma proposta de referências ao Plano Municipal de Educação. Por conta da demora do Governo em colocar em tramitação nesta Casa o Plano, a sociedade civil entrou com um inquérito civil público para que isso acontecesse.

Em 24/09/2012, entra na Casa o Plano Municipal de Educação sob o número 415/12. A primeira comissão a receber o projeto foi a CCJ, em 03/10/2012, e foi votado em 05/12/2012. Em seguida foi à Comissão de Administração Pública no dia 07/12/2012 e foi votada em 06/11/2013, ou seja, ficou quase um ano nessa comissão, que fez oito audiências públicas regionais. Houve até um debate que discutia qual seria a comissão mais adequada se a de Administração Pública ou de Educação, no nosso ponto de vista a Comissão de Administração Pública seguiu bastante o projeto.

O projeto chegou à Comissão de Educação em 03/04/2014. Foi nesse dia que pegamos a relatoria do projeto.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes pensou em fazer um grupo de trabalho que envolveria todos os Vereadores da Comissão e mais a sociedade civil. Parece até uma contradição até porque já tinha havido muita discussão, mas ao mesmo tempo muita água também já tinha passado sob a ponte. Dessa forma, seria necessária uma atualização.

Observamos também uma grande ansiedade da sociedade civil já que o PL que tramitava na Casa não contemplava a maioria das questões que tinham saído na Conferência. Então, esse grupo de trabalho achou melhor chamar a sociedade civil que participou daquele processo para colaborar em algumas discussões. Fizemos cinco discussões com cinco temas específicos para ajudar na elaboração de um substitutivo.

Tentamos criar uma relação mais forte com a Secretaria de Educação porque ela consegue nos fornecer dados mais concretos para elaborarmos o Plano. Lamentavelmente, não conseguimos estabelecer com a Secretaria uma interlocução melhor para termos acesso a dados que a Secretaria tem.

Este texto que está sendo apresentado é embasado em três documentos: PL 415/12, o documento que saiu da Conferência Municipal e o que foi aprovado recentemente no Plano Nacional de Educação.

Este texto também possui algumas diretrizes, como a erradicação do analfabetismo. Já digo que fazer um muito denso, porque muitas questões que envolvem a educação têm interface com várias outras questões, como assistente social, e outras. Acabamos até colocando a erradicação do analfabetismo, mas no resto do texto vocês vão ver que eliminamos a palavra “erradicação”. Enfim, mas teve um erro que acabamos não arrumando o texto aqui.

2. Universalização do atendimento escolar;

3. Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e erradicação de todas formas de discriminação.

E vou para o último, que é o fortalecimento da gestão democrática, da educação e dos princípios que a fundamentam.

Essas são as diretrizes que nos nortearam no estabelecimento das metas e estratégias.

O Plano tem 19 metas, que são: financiamento; número de alunos em sala de aula, que para nós é questão de qualidade em educação, mas quisemos ressaltar essa meta pelo tamanho da sua importância; qualidade da educação básica, e assim por diante. A meta 19 é a elaboração de planos regionais de educação. Então estruturamos o plano nessas 19 metas.

Eu vou falar sobre as 19 metas, senão vamos passar do tempo.

A nossa ideia foi talvez falar um pouco das metas sobre as quais houve mais discussão e debate na Conferência Municipal de 2010, ou seja, aquilo que talvez tivesse um pouco mais de polêmica.

Meta 1: achamos importante abordar a questão de financiamento, porque essa era a lacuna do projeto que tramitava aqui na Casa.

Nós nos baseamos totalmente na formulação do que saiu na Conferência Municipal de 2010.

Achamos essa meta extremamente importante, uma porque estamos num regime de colaboração entre os entes federativos para conseguir o financiamento para a educação, também porque acabamos de aprovar no Plano Nacional 10% do PIB para a educação. Então tem de ter um esforço de todos os entes federativos para conseguirmos chegar nesse patamar, para conseguirmos ter uma educação de qualidade.

Como que é hoje: hoje são 35% para a educação, 25% para a MDE e 6% para a educação inclusiva. Então propomos 3%%, no mínimo, 30% para MDE e 5% para educação inclusiva. Também achamos que programas como o *Leve Leite* não deve ser contabilizado na conta da educação. Não tem nenhum problema em a educação ter alguma relação com a assistência social para que esses programas sejam efetivados, e que tenha a questão da presença do aluno, da falta, isso não tem problema, mas não ser contabilizado na educação, porque entendemos que se trata de uma questão de assistência social.

Outra questão que achamos importante é pensar no financiamento, mas pensar no custo aluno-qualidade. Hoje gastamos, na educação, os impostos devidos à educação, mas hoje temos de inverter a lógica: para eu ter uma educação de qualidade, quanto custa um aluno, e como os entes federativos vão usar os recursos para chegar àquela meta?

Então no projeto nós colocamos para que haja o custo aluno-qualidade inicial num prazo de dois anos, e o custo aluno-qualidade no prazo de três anos.

Também colocamos que qualquer questão de participação, de dinheiro que venha de dinheiro que venha de *royalties*, ou do petróleo ou do gás, deveria ser um adicional aos 30%.

Outra questão que também acabamos grafando no texto, e que eu também acho que é uma questão que vai gerar debate, é a criação de programas específicos para manutenção de prédio e a criação de um programa específico para o desenvolvimento de atividades pedagógicas.

Sabemos que as questões burocráticas na escola não são questões fáceis de se administrar, mas entendemos que temos de garantir uma verba para as questões pedagógicas.

Meta 2 – quantidade de alunos por professor ou a quantidade crianças por professor. E queremos fazer esse destaque na questão de qualidade. E o que nós seguimos, porque nós também não inventamos a roda, foram os parâmetros nacionais de qualidade da educação infantil, de 2006, cujo ministro à época era o Sr. Prefeito Haddad. Então são até questões que eu acho que o Prefeito tem sintonia com isso, porque são os parâmetros de quando ele foi ministro.

Não vou ficar lendo, mas o pessoal tem no caderninho aí: tem o berçário, cinco alunos por professor; no ensino fundamental, primeiro a quinto ano, 20 estudantes. Então aí vocês devem ter os parâmetros, e é uma meta para atingirmos até o quinto ano de vigência.

O Callegari esteve na Comissão de Educação há um mês e meio e falou que eles têm projeção de que o número de matrículas para o fundamental deve cair nos próximos períodos. Então achamos que diminuir a quantidade de alunos por sala de aula é compatível. E no próprio Plano de Metas do Governo consta a meta de zerar os pedidos de matrícula para a educação infantil. E se conseguirmos zerar isso, que está no Plano de Metas do Governo, teremos de trabalhar dessa meta em diante para diminuir a questão de crianças por agrupamento.

Uma coisa que também achamos importante é sobre a inclusão de crianças ou jovens com necessidades educacionais especiais. Quer dizer, fora essa tabela, entendemos que o Plano

Político Pedagógico e o CEFAL vão dar elementos para vermos quantos alunos vão estar em sala de aula quando tivermos essas crianças ou jovens com necessidades educacionais especiais. Não quisemos colocar uma meta, ou diminuir dois, três alunos, ou o que for, quando tiverem essas crianças, porque achamos que cada criança é uma cria com a sua subjetividade, com uma série de questões, e cabe uma análise, sendo que o CEFAL é o órgão mais adequado para fazermos essa discussão, assim como também em relação ao Plano Político Pedagógico, por isso deixamos essa questão em aberto.

A meta 3 – qualidade da educação. Entendemos que isso vai acontecer se houver fortalecimento do PPP, se as escolas tiverem mais autonomia, se tivermos processos de autoavaliação, e se realmente houver participação democrática na comunidade escolar.

Em relação à qualidade da educação, nós também entendemos que a estão de direitos humanos, assim como questão ético-racial ou de sexualidade, não devem ser colocados como algo à parte, porque entendemos que essas questões devem fazer parte integralmente da educação. Então não como se fosse algo à parte que se discute, mas como algo que faz parte do processo. Qualidade de educação é pensar as relações humanas, e não tem como pensar em educação sem pensar o dia a dia da nossa sociedade.

Entendemos que para haver qualidade é preciso haver articulação entre as políticas públicas. É muito ruim ficarmos pensando que a educação vai resolver todos os problemas da sociedade. É um elementos importante dessa discussão, mas também não podemos jogar toda a responsabilidade sobre ela. Por exemplo, falta leite à criança, ou ela possui carências nutricionais, e não é na educação que resolveremos esse problema, porque, senão, as crianças também precisam de óculos, e por isso não conseguem ter uma aula de qualidade porque não estão enxergando o que está acontecendo, e aí vamos passar a colocar toda a responsabilidade na educação. Não, entendemos a qualidade tem de ser articulada com todas as secretarias do governo municipal.

Meta 4 – valorização do magistério. Sabemos que os professores, o pessoal de nível universitário, ganham abaixo dos outros profissionais de nível universitário. Então como teremos educação de qualidade se não há valorização profissional? Então entendemos que entendemos construir um fórum municipal de acompanhamento da evolução salarial não só dos professores como também de todos os servidores da educação.

Meta 5 – educação infantil. Então colocamos que isso está bem factível, porque o Governo coloca no Plano de Metas que isso vai ser realizado, que vamos conseguir universalizar para as crianças de quatro, cinco anos. Então colocamos a meta de universalização para as crianças de até 3 anos e 11 meses, o pessoal da CEI.

E qual é a política que para nós é importante? O atendimento tem de ser direto. Agora temos um problema: o que é possível e o que é a nossa vontade.

Creemos que é possível, factível, manter o número de matrículas que nós temos nas conveniadas; promover uma reversão das indiretas, já que os prédios são nossos e os equipamentos são da Prefeitura. Então ter uma inversão das indiretas para a direta, e aumentar o número das diretas. Quer dizer, as próximas demandas têm de ser atendimento direto. Essa é a política geral. Se conseguirmos fazer isso nos próximos dez anos, acho que temos condições de, no próximo plano, avançarmos mais ainda.

A Meta 10 – educação de jovens e adultos. Achamos que tem de ser realizadas chamadas públicas na grande mídia. Como professor, ficava até meio indignado com o fato de a responsabilidade acabar indo para a mão da unidade ou dos professores para se conseguir a matrícula. Quer dizer, isso é política pública. Apesar de termos um número pequeno em quantidades relativas de analfabetos, em número absoluto o número é muito grande. Então é preciso ter uma política de Governo e um empenho para que realize isso.

Às vezes, a gente vê nos horários de divulgação do que a Prefeitura faz, o Estado ou o Governo Federal, não estamos usando aquele horário e aquele gasto de verbas públicas para uma atividade de utilidade pública. Então, a gente acha que tem que ter chamamento público em rádio e televisão e uma busca ativa para que a gente consiga efetivar essas matrículas.

Outra questão importante é descentralizar a matrícula, para facilitar a matrícula.

A gente também tem que ter um olhar para a população adulta carcerária. O EJA também tem que atingir fortemente as pessoas que estão em estado prisional.

Na meta 19, é importante ter os planos regionais de educação porque cada DRE e áreas dentro da DRE tem as suas especificidades.

É isso.

Claro, há outras questões importantes que não abordamos, mas como a gente divulgou, desde o dia 04, esse texto, a grande maioria das pessoas já leu, acredito que as pessoas já têm suas posições e opiniões para contribuir com o texto.

A nossa ideia é fazer seis audiências públicas. Esta é a primeira. Todas as outras cinco serão audiências temáticas e, a partir daqui, vamos fazer o que chamamos de substitutivo.

Até o momento, estamos colocando isso como proposta de substitutivo, para não dar confusão. Depois que acabarem as audiências públicas, com a contribuição da sociedade civil, com certeza, nós vamos melhorá-lo e, daí sim, vamos ter o substitutivo do PL nesta Casa.

Obrigado a todos e todas pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli, pela apresentação do seu relatório.

Vamos começar pelo Sr. Jacinto dos Santos, Coordenador da ACEP.

O SR. JACINTO DOS SANTOS – Nobre Vereador Reis, nobre Vereador Toninho Vespoli, sociedade civil organizada, demais membros da Câmara Municipal de São Paulo.

Sou Professor aposentado da Prefeitura de São Paulo e, a partir do ano passado, quando houve uma articulação, na busca de melhoria de condições educacionais, em que, inclusive, houve um movimento de educadores, que passou, inclusive, por audiências públicas nesta Casa; a partir do momento em que houve o veto de um projeto que buscava trazer melhores condições de trabalho aos educadores, nós começamos uma articulação que estava virando moda – através da rede social *Facebook*.

Toninho Vespoli foi uma das primeiras pessoas que acreditou no grupo nascido na rede social chamado Análise da Conjuntura Educacional Paulistana. Como é moda em São Paulo as coisas nascerem no vão do Masp, estava lá o nobre Vereador conosco. Um grupo não muito amplo, mas que a partir daí, até pelo fato de que educadores municipais muitos dos quais têm dupla jornada de trabalho, têm pouco tempo para se interarem das questões que acontecem, por exemplo, nesta Egrégia Casa.

Conseguimos através dali começar uma discussão na rede social. Como o Vereador disse, a ACEP esteve inclusive na audiência pública onde estava o nobre Vereador Reis na questão da educação infantil na primeira audiência do Tribunal de Justiça do Município de São Paulo. Nós tivemos a honra de representar esse grupo. Lá também estava quem representa a educação no Município de São Paulo que é o Sinpeem, através do Presidente Claudio Fonseca.

Naquele momento já questionávamos o nobre Secretário Municipal daquilo que tinha sido promessa e não estava acontecendo.

Só estou justificando quem está aqui e quero dizer que a sociedade civil organizada realmente esteve no Plano de Educação da cidade de São Paulo, na Conferência Municipal e cabe a mim, em nome do nosso grupo, parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo e todos esses resistentes que estão aí para apresentar nos momentos temáticos as propostas que vão compilar o substitutivo.

Conclamo, já que estamos ao vivo, que a sociedade civil organizada compareça para dar a sua contribuição. Parabéns aos presentes, a esta Egrégia Casa e à Secretaria de Educação que colocou em funcionamento o Fórum Municipal de Educação de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Maria de Fátima, professora da EMEI Vila Ema.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA – Bom dia a todos.

É muito importante discutir a educação. Sempre precisamos nos reunir e discutir a educação e este movimento que a Câmara faz através dos nobres Vereadores é muito importante.

Temos várias metas e a minha preocupação é que elas fiquem só como metas. Temos de colocar essas metas em prática, que é o mais importante.

Meta 5 – vemos, pela fala da Prefeitura, pela fala da Secretaria da Educação, o inverso daqui, porque o nosso maior problema agora é o número de vagas para as creches. E percebemos que a Secretaria da Educação tem se preocupado em não formar a rede direta, e, sim, a rede

conveniada. Então a fala daqui, desse plano, é que a gente vá, paulatinamente, crescendo a rede direta. E parece que a Prefeitura, a Secretaria Municipal da Educação, está com um discurso inverso, pois está propondo maior número de conveniadas. Então podemos estar pensando em já questionar isso aí.

Outra colocação que eu gostaria de fazer é com relação à Meta 2. Talvez em próximas audiências possamos discutir mais. Mas já é algo para pensarmos e questionarmos.

A proposta da Meta 2 é reduzir, progressivamente, até o quinto ano de vigência deste plano, o número de alunos por sala de aula, o número de crianças por ciclos. A minha sugestão e proposta, e eu acho que poderíamos colocar isso como uma base de estudo, é já colocar números. Tem lá, por exemplo, berçário II: seis crianças por professor, num prazo de cinco anos. Por que já não colocamos, a partir do ano que vem, 2015-16-17-18? Já colocando nus, e não um número estabelecido daqui a cinco anos, porque o problema é agora. Estamos, principalmente na educação infantil, com muita criança para cada professor, que está tendo um desgaste muito grande, tem ficado doente. Então precisamos pensar em uma forma mais rápida para resolver o problema, não para daqui a cinco anos, mas já para os próximos anos estabelecer números que reduzam o número de alunos por sala de aula.

Sou da EMEI Vila Ema, e não tinha contato com a educação infantil. Sou uma professora de história que estou readaptada devido a um problema de saúde. E ao estar na EMEI, e com o contato, pude perceber toda a dificuldade da educação infantil. Então temos de estar muito atentos a toda essa problemática.

A minha proposta é pensar nessa redução, não para daqui a cinco anos, mas já. E também discutir a questão das conveniadas.

Agradeço a todos. Bom trabalho. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. Cauê, presidente da UMES-SP.

O SR. CAUÊ – Primeiramente, queria desejar a todos um bom dia, saudar a Mesa.

Como foi apresentado aqui, eu sou presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo e também sou estudante do ensino técnico.

Num primeiro momento é bom lembrar sobre a importância de discutir o plano municipal de educação, que terá um plano de ação durante dez anos. Então, esse plano, além de construir para os que estão agora na escola, também está construindo para o futuro, como vem discutindo.

Estamos com alguns estudantes aqui e é muito importante pautarmos com todos os setores da sociedade esse tipo de discussão. Então, têm pais, professores, diretores, todos os conveniados das escolas e os estudantes juntos, que serão os que diretamente usufruirão dessa educação que estamos lutando tanto para que seja de qualidade.

O substitutivo do plano municipal de educação está muito bom, mas tem algumas coisas que precisamos ainda avançar, principalmente no ensino integral, que temos discutido. A UMES de São Paulo, há dois meses aproximadamente, realizou um congresso e foi colocado como pauta o aumento de vagas, tanto para o ensino técnico como para o integrado; primeiro pela função que tem o ensino integrado dentro de um espaço escolar, principalmente do ensino fundamental e do ensino médio.

No ensino fundamental, após sair da escola no horário da manhã ou da tarde, o aluno, muitas vezes, por conta de os pais precisarem trabalhar, ficará jogado na rua ou dentro de casa sem que tenha muito interesse em estudar.

No ensino integral está bem coesa a parte que diz, principalmente, que a escola como tempo integral tem de ser, além de um espaço de educação na área de educação, como também nas áreas de esporte, cultura, entre outros espaços. Precisamos também garantir que no ensino integral o aluno consiga fazer o que a gente mais pede dentro do espaço de educação, ou seja, exercitar e avaliar.

Então, além de os professores deles terem as aulas normais, onde lhes são passadas as lições, que eles consigam também fazer a lição de casa dentro do seu espaço escolar. Assim a gente poderá continuar fazendo o que é mais importante, exercitar e avaliar para acabar com o perverso, isto é, a aprovação automática. A aprovação automática é totalmente diferente da progressão continuada, que é o que mais vemos instalado nas escolas municipais. Infelizmente, somente a frequência já é o suficiente para que o aluno passe de uma série a

outra.

Agradeço a todos pela presença no dia de hoje. Acho que cada vez mais temos de aumentar nossas mobilizações. O fórum criou uma página, o Plano da Educação da Cidade de São Paulo, onde estaremos sempre atualizando informações sobre as audiências, uma forma de tentar chegar aos jovens através das redes sociais, como Facebook. Essa página já está quase toda caracterizada. A nossa intenção não é discutir somente a rede municipal, mas o plano como um todo.

Finalizo nessa parte do ensino integral, pois é importante reforçar que o aluno do ensino médio pode ter o integrado, mas através do curso profissionalizante, do curso técnico principalmente, que é um curso que dar formação para que ele possa trabalhar diferentemente de alguns cursos que a gente vem encontrando hoje.

No geral era isso. Agradeço a todos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado, Sr. Kauê, presidente da UMES São Paulo. A próxima inscrita é a Sra. Thaisa Maria do Nascimento, tesoureira-geral da UMES São Paulo.

A SRA. THAISA MARIA DO NASCIMENTO – Bom dia. Espero que todos consigam me ouvir. Apesar de ser jovem, falo muito baixo e não consigo falar alto. Meu nome é Thaisa Maria, sou tesoureira-geral da UMES aqui de São Paulo. Sou estudante do terceiro ano do ensino médio na Escola Prof. Caetano Miele, no período noturno. Sou presidente também do Grêmio Óleo Negro devido à importância do petróleo no nosso país e do povo brasileiro.

Temos um problema muito grande na escola, principalmente na pública, que é a sala super lotada. Ressalto o que a professora da Vila Ema falou sobre a meta nº 2, que diz respeito às salas super lotadas e não se ter uma qualidade de ensino melhor.

Infelizmente, hoje em dia, temos professores desvalorizados e numa sala de 40 alunos o professor não consegue perceber se o último aluno está com mais dificuldade do que o outro porque o tempo da aula é horrível, desculpa a palavra, é uma coisa muito triste quando o professor começa, consegue chamar a atenção do aluno, daí já é o final, tem de ir para a outra sala, não consegue preparar a aula dele direito. Infelizmente, ele tem de trabalhar em mais de uma escola para poder se manter e temos de ressaltar a importância dessa proposta da professora que tem de colocar essa meta. É de vigência até cinco anos, mas em 2015, por exemplo, para menos dois alunos, e assim por diante, até chegar aos 25 alunos no ensino fundamental e médio.

Ressalto também a meta 19 que fala do magistério do professor, da valorização do professor, pois é aquele cara que estudou a vida toda para se formar em todas as áreas. Acho que a educação tem de ser de qualidade e a escola pública de qualidade, pois hoje para se ter uma escola de qualidade tem de se pagar por ela e isso é uma vergonha. Para se ter uma saúde de qualidade tem de se pagar por ela.

Se diminuirmos o número de alunos a educação vai ter um grande avanço e vamos chegar a uma escola pública de qualidade. Parabenizo esse plano municipal de educação que vai conseguir dar um avanço para a escola que queremos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Tiago Cesar.

O SR. TIAGO CESAR – Bom dia a todos. Atualmente sou Vice-Presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo e também sou aluno da Etec Getúlio Vargas. Eu gostaria de ressaltar essa primeira plenária para discutir a questão do Plano. Gostaria de ressaltar a meta 1, o plano está muito bom, mas precisa avançar em algumas partes, algumas metas em si. No plano 1, além da questão do município aplicar os 30% da renda na educação, gostaria de ressaltar também a importância do Cac (?), que vai atuar principalmente na questão do aluno, de escola por escola, por isso vai dar mais abrangência para os estudantes para que se tenham as melhorias dentro da escola.

Há a questão do financiamento da União que, além de poder contribuir com os 10% do PIB para o município e também para a questão dos *royalties*, a União também pode fornecer o dinheiro dos juros. Atualmente, no Brasil, quase 50% do seu dinheiro da renda do PIB é destinado aos juros para os banqueiros. Então, a União tem dinheiro para financiar a educação e tem de ser ressaltado no plano para que o dinheiro dos juros seja aplicado na educação.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Antônio Bonfim.

O SR. ANTÔNIO BONFIM – Bom dia a todos. É importante esse debate com a participação

dos parlamentares e digo que é uma longa tarefa que temos há muito tempo essa questão da melhoria da educação. Sou professor aposentado da região Oeste, trabalhei muito tempo na escola Fontinele (?) e continuo nessa luta que acho importante, pois temos muitos problemas na educação. Eu vivi em todo o meu período que estive em sala de aula, que é a modalidade do EJA, e anotei uma meta sobre isso. Os governos prometem e não cumprem a questão da divulgação das matrículas, além da qualidade do ensino, temos em torno de 16% da população brasileira que é analfabeta. Entendo que é obrigação dos entes municipais, estaduais e o federal no sentido de se responsabilizar por essa questão do analfabetismo, que traz um problema muito grande para aqueles que vivem o dia a dia, isso é um problema muito grave para a população.

Acho que temos de diminuir, (palavras ininteligíveis) o número de inscritos, em termos de números pequenos, daqueles que não tiveram oportunidade. Não é que não estudaram na época certa, mas eles não tiveram oportunidade de estudar, pois tinham de trabalhar para sustentar a família. Tinha uma escola, por exemplo, que não era nem de EJA, mas que tinha cinco antigas quintas séries, três sextas séries e duas sétimas séries, era uma escola nova, lá no Jardim Ipanema. Tinham 20 alunos, 18 meninas e dois meninos. Como seria a 8ª série nesta escola? Porque as pessoas têm de sair para trabalhar. É obrigação do estado, que não tem cumprido com isso.

Outra questão, temos um trio que são os educadores, estudantes e a população mais direta e indireta, que são os pais. Esses são nossos aliados porque os governos não têm cumprido com o seu papel. No município de São Paulo temos problemas muito graves e temos demonstrado interesse em mostrar para os governos que é necessária a melhoria da educação. Quando falamos em dois períodos e até o...sou aposentado de um jornada e tem gente que fala que eu só dou um período, 40 aulas por semana, e alguém ainda acha que trabalhamos pouco. Como vamos preparar aulas? Como vamos estudar? Como fazemos isso trabalhando dois períodos? E tem gente que trabalha três períodos. A educação precisa ser resolvida e ter um movimento forte.

Parabenizo a todos que estão aqui no sentido de continuarmos essa tarefa. E é claro que ela tem alguma dificuldade, por exemplo, sábado de manhã, porque temos muita gente repondo aula, através de um movimento que fizemos e que durou 41 dias, a maior greve do Município de São Paulo em termos de tempo. Desnecessário, porque o que foi resolvido no 41º dia podia ter sido resolvido no 15º, no 10º, enfim, muito antes e não teríamos os professores tendo essa preocupação, sofrimento não diria, mas uma coisa muito dura de estar repondo aula aos sábados. Por isso, inclusive, a presença será um pouco dificultada nesse período.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Antonio. Tem a palavra a Sra. Maria de Fátima Inocência, da EMEF Prefeito Wladimir de Toledo Piza.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA INOCÊNCIA – Bom dia. Sou Diretora da unidade e gostaria que colocássemos em discussão alguns pontos que considero fundamentais para serem discutidos nas próximas reuniões e encontros.

Primeiro, é a 2ª diretriz: a universalização do ensino. E aí ficamos um pouco preocupados quando se fala em universalizar, porque é um termo muito amplo, é preciso dizer em que base essa universalização será feita.

Por exemplo, um diretor regional muito bem intencionado universalizou o atendimento numa determinada região de Educação Infantil. Construiu alguma escola ou sala de aula? Não. Simplesmente criaram-se duas turmas em espaços que a aula não ocorre. A turma é volante. Enquanto uma turma está na quadra, a outra na brinquedoteca, a outra na sala de informática, uma está na sala de aula. Então isso é universalização, só que não é qualidade. Ou seja, essa escola tem 14 turmas por período e só tem 12 salas de aula. Então vamos pensar nisso porque o termo é muito amplo. Então é preciso dizer em que bases será feita essa universalização. Acho que vocês entenderam. Acho que quem está na escola entende até melhor essas questões.

O custo aluno qualidade. Vi que ele está atrelado a tudo: qualificação, remuneração do profissional, aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações, equipamentos necessários ao ensino, material didático, alimentação, transporte e então temos de dizer

também qual é o percentual para tudo isso, desse custo qualidade, porque de repente, no final de tudo, 10% vão ser destinados a salário e qualificação e o resto com essas atividades suplementares. Merenda, transporte que realmente não geram qualidade e sabemos disso. Sabemos que o aluno ir para a escola, ser garantido o vai e volta dele, o leite ou a merenda, não garante qualidade de ensino. Se fosse assim São Paulo teria uma rede em que os alunos, os nossos jovens, sairiam da escola muito bem preparados.

O outro é valorização profissional. Nós - como bem falou o nosso amigo do Sinpeem - fizemos todo um movimento este ano e houve um término do movimento com um protocolo de negociação. Vamos ver se já foram cumpridos os itens do protocolo. Por exemplo, 15 minutos para os docentes de CEI não é prioridade. Então se nós apenas planejamos, se as metas são apenas estabelecidas e não temos mecanismos para fazer com que essas metas sejam atingidas, se não temos ferramentas, documentos suficientes e, principalmente, acompanhamento e controle para que as metas sejam atingidas, para que todas as estratégias estabelecidas sejam cumpridas, não adianta discutir.

Então por isso acho e concordo com a nossa amiga da UMES, não dá para não ter um acompanhamento e controle e dizer passo a passo como isso vai ser feito. Acho muito importante que tenhamos o passo a passo. Infelizmente as estratégias são muito amplas.

Acho que já falei tudo, só queria frisar bem que o CAQ – Custo Aluno Qualidade, deve ser pensado com base em atividades essencialmente pedagógicas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sra. Maria de Fátima. Tem a palavra a Sra. Laura, do Sinpeem.

A SRA. LAURA – Bom dia a todos e todas, sou Laura, faço parte da Diretoria do Sinpeem. Antes de falar de quatro apontamentos das metas, também quero reforçar a fala dos meus colegas da Rede Municipal e dizer que temos várias formas de expressar a nossa pauta política, nossa reivindicação e a categoria da rede municipal tem expressado nos últimos anos, através de suas lutas, mobilizações e grandes greves, uma reivindicação geral por condições de trabalho e melhoria da qualidade de ensino.

Então este momento é importante. Estamos apresentando para esta Casa, mas também é importante dizer que a Rede Municipal está em movimento e tem colocado várias questões que estão aqui e aí resta acompanharmos esse processo e reivindicar para que isso se efetive do ponto de vista da defesa da Educação Pública, da escola pública e dos direitos dos profissionais.

Então lembrado esse processo de luta e dizer que nem sempre esse diálogo é tranquilo e fácil. Estivemos nesta Casa defendendo um projeto que foi vetado e também foi muito bem lembrado que estamos vivendo, infelizmente, um período em que os acordos e as negociações feitas com este Governo não se efetivam. Então acho que também faz parte do debate que estamos fazendo aqui, um acompanhamento e uma garantia de que aquilo se efetive e que a Comissão de Educação tem papel nisso também.

Primeiro, quero falar sobre a meta um, do financiamento, que acho fundamental garantirmos os 30% para desenvolvimento do ensino. Esse debate acabou se confundindo muito e a verba que é especificamente para manutenção e desenvolvimento do ensino, muitas vezes tem sido usada para outras coisas. Essa é uma luta histórica nossa e bastante importante.

A meta dois, que é da redução do número de alunos, é urgente, necessária, fundamental e acho importante que isso seja mantido no plano como ele está, é que essa meta aparece nas outras metas. Então em vários momentos em que há outras propostas, outras estratégias, isso está vinculado à redução do número de alunos, porque senão isso vira uma bandeira, não se efetiva essa e uma série de outras coisas vão sendo implementadas e a gente não considera essa reivindicação urgente da redução do número de alunos. Essa é uma condição para se efetivar uma série de outras questões.

A meta cinco diz respeito à Educação Infantil e é um tema complexo e a gente tem uma posição muito definida em relação a isso. Aí tenho concordância com o que está colocado na proposta de plano, de reincorporar as unidades indiretas para a SME. O que tem acontecido é um estelionato. Pegam o prédio da Prefeitura, o equipamento da Prefeitura, e isso é repassado diretamente para a iniciativa privada, que atende de um jeito pior do que as unidades escolares

diretas. Então, nós temos que parar. Não dá para haver política de governo; e esse Governo mantém ainda a política de conveniamento. Têm de parar, estancar; e nós temos que investir na rede direta. Concordo que nós temos que fazer um planejamento para isso, colocando essa questão em pauta.

É bastante importante estar aí a questão do recesso. Reforço que essa é uma luta das professoras da Educação Infantil. Incluo a questão dos 15 minutos para o CEI. É importante que também haja isso. Embora isso esteja no nosso protocolo de greve, temos que fortalecer e colocar isso também.

A meta 10 é sobre a Educação de Jovens e Adultos. Reforço a questão das matrículas. Não resolvermos essa questão, que hoje está centralizada, não há nada que resolva, porque hoje os alunos escolhem a escola na qual vão estudar; e o sistema, que manda mais do que a lei, que manda mais do que o direito à Educação, joga esses alunos para o endereço considerado como se fosse o de sua casa. Os jovens e adultos não escolhem as escolas pela proximidade de suas casas; escolhem as escolas perto do trabalho e onde querem estudar.

Então, é fundamental colocarmos essa questão da matrícula, não havendo o limite de alunos para abertura de salas de EJA. Isso tem sido uma política que tem feito com que as salas fechem. A gente, infelizmente, em São Paulo, tem que reverter esse quadro, diminuindo as matrículas. A cada ano que passa, há menos matrículas na EJA. Isso não significa que pessoas estão superando a analfabetismo.

Por fim, faço uma ponderação para discutir. Aqui está a meta 9, que fala da educação em tempo integral. Embora, na meta, apareça a construção de escolas e a redução do número de alunos, temos uma preocupação, a qual temos que debater nos próximos dias. Existe uma série de programas, especialmente na minha visão, eleitores, que fazem a propaganda de que alunos estão mais tempo nas escolas, mas elas são as mesmas. Não há um profissional a mais, não há um espaço diferenciado, não há estrutura. O número de alunos continua enorme. Então, não dá para a gente colocar uma meta de se aumentar o tempo de permanência do aluno na escola, se é dessa escola que a gente está falando, se é dessa escola que, muitas vezes, vai representar um confinamento da população, durante todo o dia, que não tem estrutura adequada, que não tem o número de profissionais, que não tem uma proposta para atender. Então, essa é a minha preocupação. Vamos discutir isso, com mais calma, nas próximas audiências, mas temos que colocar uma visão crítica em relação a isso, porque os senhores podem ter certeza que, em muitos governos, isso vai aparecer no programa eleitoral. A grande propaganda é: “Aumentamos o tempo da permanência do jovem e da criança na escola”, mas é dela que a gente está falando; e a gente precisa melhorar essa escola. Nós precisamos ter estrutura, qualidade, reduzindo o número de alunos. Temos que ressignificar o sentido de o aluno estar na escola.

Dessas outras metas, 1, 2, 5 e 10, acho fundamental, para que a gente fortaleça o espírito público da educação, revertendo essas terceirizações e o conveniamento, e que seja retomado o sentido de direito. Há um programa do Governo Federal hoje que é: “Alfabetização na idade certa”. Acho que o nome inclusive é infeliz, porque a gente defende que temos que aprender em todas as idades. A gente tem que olhar para as pessoas que estão em determinadas séries com idade errada, que estão perdendo seu direito de estar na escola hoje.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Abel.

O SR. ABEL – Bom dia a todos os presentes, educadores, membros da sociedade civil, à Mesa. Havia selecionado algumas falas do pessoal que eu mais conheço, mas antes de falar, quero agradecer em nome dos associados do Sinpeem - sou vice-presidente do Sinpeem – a presença de todos, independentemente se somos oposição ou situação, se estamos no poder, porque o discurso está colocado de há muito tempo, não é de hoje. Parece-me que a educação não tem validade em nossa Nação.

Quem é da Educação, quem conhece lá dos primórdios, quando eu estava no primário, na década de 60, já se falava em acabar com o analfabetismo. Os governos passaram, passaram, repetiram essas metas durante todo tempo, consta hoje da nossa Constituição. Tiraram até a palavra, e não sei por que estamos com medo de discutir. Temos de ver que a preocupação

com a Educação, como disse Laura – minha adversária política no Sinpeem, mas é educadora, como eu -, cadê o crédito, coisas que estamos discutindo há anos?

Este ano, nós, educadores do Município de São Paulo, fomos levados a fazer a maior greve da história do ensino municipal. Hoje, pensa-se e há muito tempo - por isso pego as palavras da Fátima – não tem de ter mais cinco anos. Temos de pensar na brevidade, pois não é de hoje que discutimos o assunto, são décadas. E me parece que só aparecem essas discussões em anos eleitorais. Nós não temos tido atendimento. Saímos de uma greve, ano passado, que como disseram - Fátima, Laura e outros do Sinpeem – e ainda não foram cumpridas todas as negociações. Fiz parte da comissão de negociação com o Governo e muitas das coisas – está aí o Toninho que não me deixa mentir, ele é do Governo – não foram cumpridas. Na greve de mais de 40 dias, deste ano, há coisa que ainda não foram cumpridas, e dentro do prazo. Há esforço, não há esforço? Não dá pra ficarmos tão somente acreditando e trabalhando com os esforços. Temos de ter saldo das nossas negociações. Das metas que aqui estão, nós não temos, tão somente, condições de apoiá-las, mas queremos vê-las em prática por quem tem de colocá-las em prática. Plagiando o transporte público, Educação é um direito do povo e dever do Governo. Não há problema, é um plágio, vamos vivendo, vamos lutando.

Sei que daqui dois anos vão me expulsar das escolas, por lei, porque chegarei aos 70 anos e serei obrigatoriamente aposentado. Mas vamos continuar nessa luta porque é o que gente faz, o que a gente pensa.

E não dá! Realmente a meta um é coisa que já era dessa forma, tínhamos já os 30%. É que alguém chegou... Não gosto muito de citar nomes, mas alguém chegou no Município de São Paulo e tirou, inventou a educação inclusiva: 31%, 25% mais 6%, e deu no que deu. Hoje lutamos para tentar voltar ao que já tínhamos. Temos de ter responsabilidade na condução daquilo que está sendo proposto.

Agradeço os dois Vereadores da Comissão de Educação, e quiçá haja a participação e o empenho de todos, para a melhoria do ensino na nossa cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Ananda, da Ação Educativa.

A SRA. ANANDA – Bom dia a todos. Vou apontar três questões. Primeiro, parablenizo a Comissão de Educação, em nome do Vereador, Presidente da Comissão; e do relator dessa minuta. É um esforço grande articular e compatibilizar o conteúdo do projeto de lei que foi encaminhado à Câmara, as deliberações da Conferência de Educação realizada em 2010 e as metas apresentadas no Plano Nacional de Educação. Esse é um esforço que precisa ser valorizado.

As audiências públicas são um espaço legítimo para se aprimorar o conteúdo do plano. Então, o que ainda não estiver adequado às necessidades da população e da Educação, na cidade de São Paulo, que esse espaço seja utilizado para se aprimorar esse documento.

Temos também que valorizar a equipe técnica da Comissão de Educação pela divulgação e comunicação dessas audiências públicas temáticas. Aproveitando a oportunidade, sugiro o envio desse caderno com a minuta para as escolas da cidade de São Paulo, municipais e estaduais, considerando o que foi lembrado pela Sinpeem e pela diretora de São Mateus. Houve um período grande de greve, e muitos profissionais estão fazendo reposição. Então, nada mais justo do que enviar esse material para as escolas, para que eles possam ser apropriados, haja debates, ou presencialmente ou por meio de representantes nas audiências públicas.

Valorizo também a retomada, na minuta, de alguns pontos que foram retirados do projeto de lei encaminhado para a Câmara, que é a meta de financiamento da Educação e a meta de gestão democrática, de forma geral, para o sistema de ensino. Então, isso também é importante. Destaco a meta relacionada, que está dentro de qualidade, dos Direitos Humanos, da valorização da diversidade, e também a meta que apresenta a proposta de elaboração de planos regionais para a cidade de São Paulo. Esse é um ponto que já vem sendo apresentado, que tem especificidades locais; mas também precisamos superar as gigantes desigualdades que há entre as várias regiões.

A ideia é que possamos conversar mais e trazer mais questões. A partir do que foi apresentado hoje, podemos apresentar pontos nas próximas audiências.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu que agradeço.

Tem a palavra o Sr. Arnaldo, da Aprofem.

O SR. ARNALDO – Bom dia a todos. Primeiramente, parabênzo a comissão e todos aqueles que, desde 2008, não têm largado o bastão e têm trabalhado, de forma muito empenhada, até onde chegamos hoje. Se a situação não está melhor, é porque faltou também a participação da comunidade. Participamos de muitas assembleias e plenárias. Houve algumas situações, inclusive uma, que, num teatro de um determinado CEU, havia pouco mais do que oito pessoas.

Aproveito o momento para conclamar a população, de forma geral, para comparecer às audiências públicas. Já foi apontado aqui que os colegas estão compensando as aulas que não foram dadas. Isso dificulta um pouco a participação direta nas plenárias, mas isso também não os isenta de enviarem a representantes ou entidades as suas sugestões.

Inicialmente lembro a fala da Sra. Maria de Fátima, se não me engano, que falou da saúde do profissional da Educação. Não sei as razões, mas ela mesma está readaptada. Nós temos visto isso porque participamos, como outros colegas, do conselho gestor do Hospital do Servidor Público Municipal. O que constatamos é que a Educação, ao lado da Saúde e talvez de outra categoria, tem mais apresentado um quadro crescente de afastamentos, exatamente por conta dessa valorização, que é também monetária; mas a nossa última greve apontou para outros indicadores, que não se referem, única e exclusivamente, a dinheiro e às condições de trabalho, mas qualquer tipo de condição que esteja submetendo ou levando o profissional à aquisição de uma doença decorrente do exercício da sua profissão. Então, a atenção tem que estar mais clara com relação à saúde do profissional. Ainda que esteja num subitem, deve estar claro desenvolvimento de políticas e implementação de ações que minimizem esse índice crescente... Queremos que esse índice prejudicial à saúde do profissional decresça.

Com relação à meta 3 - não sei se ela foi, mais ou menos, contemplada, mas não está de forma direta na meta 5 - ela faz uma alusão, mas não exatamente como pensamos. Apresentamos a sugestão, nos debates anteriores, de haver adequação física e arquitetônica dos equipamentos à política de implantação de escola em tempo integral. Nós nos depararemos com esse problema sério, se for para valer a escola em tempo integral, com tudo o que ela implica de formação, de educação integral e tempo integral.

O Sr. Bonfim sinalizou um problema do EJA. Temos visto isso, por ter oportunidade de acompanhar reuniões em DRE. Há uma situação bastante séria com relação ao atendimento da demanda. Em nossas reuniões da Aprofem, por exemplo, na última, que ocorreu nessa semana, houve reclamação dos profissionais com relação à sistemática, à forma de matrícula. O aluno tem uma característica toda especial. Ele que deve escolher a escola em que deve estudar. Pensamos que a Secretaria de Educação deva implantar, no sistema, o atendimento a essa especificidade. Aliás, isso até interfere na vida profissional do professor, que fica com aquela espada na cabeça se, no ano que vem ou no exercício seguinte, terá ou não aulas, por conta de não saber onde alunos vão.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Não há mais oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Toninho Vespoli, para fazer suas considerações finais.

O SR. TONINHO VESPOLI – Agradeço especialmente a sociedade civil, que participou dos grupos de trabalho, quando fizemos aquelas rodas de conversas. Isso foi essencial para chegarmos à síntese que chegamos agora. Agradeço também aqui a Sra. Silvana, assessora do Vereador Reis e meus dois assessores, Srs. Nilson e Edu.

Ressalto uma questão que eu acho importante. Nas nossas discussões, nós convidamos também a Secretaria de Estado da Educação. Infelizmente, não compareceram para fazermos esse debate. Entendemos que o plano não é da rede, mas do município, envolvendo todas as redes, inclusive as particulares.

Também ressalto que, no nosso grupo, apesar de eu ter dito aqui que nós não conseguimos ter uma interlocução maior com o Executivo, entendemos que para isso se viabilizar, há um tripé, da sociedade civil, Executivo e Legislativo. O Executivo esteve em todos os nossos grupos de debate, colaborando. A gente não conseguiu pegar dados mais elaborados de projeções que

poderíamos ter utilizado.

Anotei as contribuições, mas eu entendo que essa é a primeira audiência pública, quando estamos aquecendo os motores. O debate vai ficar mais acalorado quando a gente partir para os temas, quando a gente fizer as audiências temáticas. A ideia é anotarmos, e vamos refletir sobre essas questões; e, na medida do possível, vamos incorporando as questões levantadas.

Agradeço a todos. Deixo um grande abraço e vamos lutar, para que consigamos ter a melhor síntese possível, com educação de qualidade para a cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

A próxima audiência pública realizar-ser-á no dia 23 de agosto de 2014, no Salão Nobre, no 8º andar. O tema a ser debatido é “Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Inclusiva”, com início às 9h.

Uma professora fará uma exposição nessa audiência. A importância dessas audiências é se buscar e aprimorar o plano, que não é peça acabada. Queremos ouvir os profissionais da Educação e a sociedade civil como um todo, para que realmente, após a finalização dessas audiências, nós tenhamos um substitutivo para ser apresentado na Câmara e ser submetido à votação dos nossos Pares.

O SR. TONINHO PAIVA – Nós teríamos uma conversa com o Sr. Secretário Callegari ontem, o qual já estamos tentando marcar há alguns dias; só que a agenda acabou caindo, por conta de que S.Exa. teria uma questão a ser resolvida com o Sr. Prefeito, que apareceu de última hora. A nossa ideia é que, nessa conversa com o Sr. Secretário, na reposição de aulas com professores e profissionais da Educação, se fosse possível ser contada a audiência pública como reposição. Esse é um pedido que pretendemos fazer para S.Exa., para que pessoas possam participar realmente das audiências públicas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vamos aguardar, nas próximas audiências, para que haja mais contribuições para o aprimoramento do Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Não podemos pensar no plano da Prefeitura de São Paulo, mas um plano da Cidade como um todo.

Muito obrigado pela presença de todos.

Em não havendo mais nada a ser tratado, está encerrada essa audiência pública.